

Apresentação

História e Teatro no Brasil pós-64

Presentation

History and Theater in Brazil after 64

MIRIAM HERMETO

Departamento de História

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte, MG, 31.270-901, Brasil

miriamhermeto@gmail.com

No emblemático ano de 1968, o destacado dramaturgo Dias Gomes publicou um artigo em número especial sobre o teatro brasileiro na Revista *Civilização Brasileira*, então periódico de referência, apontando o que considerava uma singularidade do teatro: era a arte da palavra, que acontece diante do público.

O abuso de adjetivos, embora escape a uma regra básica de redação da narrativa historiográfica, foi voluntário até aqui. Visa a destacar a força da ideia (re)criada pelo texto de Dias Gomes, corrente à época e que se perpetuou, longa e fortemente, na memória social sobre a arte engajada: o teatro seria a expressão artística de resistência mais destacada durante a ditadura militar brasileira, por algumas razões.

Por um lado, pelos projetos políticos e estéticos que engendrou, por vezes conflitantes, que queriam cumprir o papel de conscientizar o público, fosse promovendo a “catarse”, o distanciamento e/ou o estranhamento com relação à realidade imediata (Napolitano, 2001, p. 109). Por outro, pelas relações conflituosas – estratégicas e, por vezes, cômicas

– que se desenvolveram entre os profissionais da área de teatro e os órgãos de repressão e censura. E, ainda, pela natureza mesma da arte dramática, que combinaria a força da literatura, “a arte da palavra” do engajamento sartreano clássico, com a possibilidade de tocar corações e almas, exortando os sujeitos à ação no momento da encenação.

Foi nesse cruzamento de peculiaridades que se construiu a temática desse dossiê da *Varia: História e Teatro no Brasil Pós-64*. O que se propõe é um panorama com diferentes abordagens da relação entre esses dois campos de saber/fazer – a história e o teatro – num contexto específico da nossa história, qual seja, o período que se inaugurou com o golpe civil-militar de 1964. Essa encruzilhada temática, constituída das características específicas de cada campo, e de novas, produzidas no encontro entre eles, aponta-nos uma série de problemas, dos quais se destacam três.

Em primeiro lugar, desde o campo de pesquisa em que se unem a história e o teatro, é preciso considerar especificidades teórico-metodológicas. Para além da letra – ou seja, do roteiro teatral e das fontes dele derivadas, imediatamente, como os processos de censura – o teatro é uma modalidade artística de difícil apreensão. Os espetáculos, o momento de realização da arte, são voláteis. Como apreender os sentidos de uma prática cultural que foi pensada para durar instantes, há décadas? Ademais, as fontes relativas ao processo da produção cultural raramente duram no tempo e, quando permanecem, dificilmente estão ordenadas e reunidas em arquivos próprios. Então, pesquisar uma história do teatro, ou a história por meio do teatro, implica lidar diretamente com especificidades teórico-metodológicas que vêm ganhando corpo há relativamente pouco tempo, especialmente na historiografia brasileira.

Uma segunda questão que cabe destacar é a construção de uma historiografia sobre o período da ditadura militar. O período ainda se pode inscrever na chamada “história do tempo presente”, com as delicadezas epistemológicas que envolvem a categoria. Desde a proximidade dos acontecimentos, que acabam atribuindo à memória individual e social uma força que pode chegar a comprometer a coerência dos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa histórica, até a dificuldade

de acesso a fontes de pesquisa, o campo de pesquisa sobre a ditadura militar vem se (re)estruturando a partir de tais delicadezas. No entanto, apesar de recente, tem uma produção importante, tendo crescido consideravelmente, em número e complexidade, sobretudo nos últimos quinze anos. E, como se pode observar nas muitas teses e dissertações produzidas sobre os mais variados temas, bem como nos balanços historiográficos constantes das coletâneas publicadas nas duas efemérides do Golpe de 64 (em 2004 e 2014), o campo tem-se ocupado de qualificar melhor as interpretações sobre o período, por meio de pesquisas que ressignificam as memórias sobre o período e se beneficiam da recém-abertura de arquivos.

Finalmente, uma terceira questão são as mitologias sobre as relações entre teatro e política durante a ditadura militar, derivadas das duas anteriores. Os abusos de memória sobre esse período recente da história brasileira e a dificuldade de se realizar pesquisas sobre história e teatro acabaram perpetuando lembranças de graves embates entre artistas e censura, boa parte delas apoiada na lógica maniqueísta em que o bem absoluto reside na resistência. Essa lógica, por um lado, não considera as estratégias de acomodação e conciliação tão comuns nos conflitos políticos brasileiros, inclusive nesse período, como pondera Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 14). Por outro, produziu relativa lacuna de pesquisas sobre obras de teatro que se não se enquadram em posição política definida ou alinhadas “à direita”.

A partir de abertura de arquivos, organização e disponibilização de importantes séries documentais, novos diálogos conceituais com a historiografia do período e construção de conceitos e metodologias próprios para essa interface, as relações entre o teatro e a história do Brasil contemporâneo vêm sendo revisitadas. Essa historiografia recente tem produzido novas visões sobre velhos fatos, assim como tem construído novos fatos históricos, a partir de acontecimentos já conhecidos pela memória social. E os três artigos que compõem esse dossiê compõem essa “nova” historiografia.

Reinaldo Cardenuto analisa montagens teatrais e televisivas, numa comparação temporal entre realizações das décadas de 1960/70 e suas

respectivas adaptações atuais. O autor analisa as obras *Eles Não Usam Black-Tie* e *A Grande Família*, nos dois contextos – ambas de autores ligados ao Teatro de Arena e, originalmente, relacionadas à proposta de crítica, contestação e conscientização política. Encarando a dificuldade de analisar a efemeridade dos espetáculos e a dificuldade de acesso às fontes audiovisuais, aponta uma tendência marcante do drama contemporâneo de esvaziamento do conteúdo político, em favor da construção de um humor tributário à comédia de costumes.

Saindo do circuito do teatro de companhias e voltado para o mercado, Leon Kaminski propõe uma leitura dos Festivais de Inverno de Ouro Preto (UFMG), entre 1967 e 1979. Analisa esse projeto de extensão como um espaço de criação e trocas culturais, dando especial atenção ao teatro, às suas relações com as demais *performing arts* e com os limites impostos pela censura oficial e extra-oficial praticada durante a ditadura militar brasileira. A partir, sobretudo, dos documentos institucionais sobre o festival e de notícias de periódicos, o autor apresenta grupos e propostas dramáticas que se constituíram no âmbito do evento, bem como os que compuseram aquele circuito cultural. Analisa, também, as tensas relações entre estado, sociedade e campo artístico na produção de sentidos sociais para obras dramáticas e práticas culturais no período.

Miliandre Garcia analisa a constituição de um espetáculo de caráter quase mitológico no imaginário sobre a arte de resistência contra a ditadura militar, a *I Feira Paulista de Opinião* (1968). O exame vertical do processo de censura do espetáculo – articulando roteiro, anotações de censores, pareceres técnicos e documentos anexados –, cotejado com propostas dramáticas do período, legislação e outros processos de censura, construiu uma interpretação singular sobre a obra. O roteiro, em termos políticos e estéticos, é considerado peça de resistência cultural, que guarda permanências das propostas anteriores e anuncia o que viria a ser a tônica dos anos 1970. As relações com a censura, que chegam no âmbito da justiça comum, são interpretadas como um processo de desobediência civil, característica específica dessa resistência cultural.

Olhares novos sobre esse objeto em construção – *História e teatro no Brasil pós-64* – os três artigos apresentam ao leitor a possibilidade

de refletir sobre as relações entre arte dramática e sociedade, política e estética, passado e presente, fontes e pesquisador, entre tantas outras combinações possíveis.

Com a “arte da palavra” (engajada ou não), nossos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOMES, Dias. O engajamento é uma prática de liberdade, *Revista Civilização Brasileira - Caderno Especial de Teatro e Realidade Brasileira*, ano IV, p. 7-17, 1968.
- NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos. *Estudos Históricos*, n. 28, p. 103-124, 2001.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.